

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente

MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — Diretora

MAURO GUIMARÃES — Diretor

MARCOS SÁ CORRÊA — Editor

FLÁVIO PINHEIRO — Editor Executivo

ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — Editor Executivo

Orçamento

Desmontagem Geral

O Governo não tem outra alternativa para reconduzir a economia brasileira a taxas mais toleráveis de inflação e à retomada do crescimento do Produto Interno Bruto fora da Operação Desmonte preparada pelo Planejamento e a Fazenda. E a razão é muito simples: a difícil situação em que se encontram as empresas privadas reflete diretamente o desarranjo do setor público brasileiro.

Desmontar o que está errado é iniciativa que vai colidir de frente com as máquinas burocráticas de todos os ministérios, para as quais seria muito mais lógico o aumento dos impostos ou a simples rolagem e a engorda da dívida interna. Ninguém quer pagar o preço da reforma, da reciclagem da economia, ou do aumento da produtividade e da eficiência gerencial.

No estágio em que se encontra, a União perdeu a capacidade de poupar para investir, e a burocracia demonstrou que é suficientemente forte para cobrar o pagamento de salários e benefícios sem paralelo, até mesmo nas mais prósperas empresas privadas. Quem se der ao trabalho de investigar algumas grandes empresas públicas vai encontrar casos de pessoas se aposentando com ganhos maiores, literalmente maiores, do que se continuassem trabalhando. Muitas empresas públicas e órgãos da administração indireta instalaram suas caixas e seus benefícios sem qualquer compromisso com o país ao qual deveriam servir. Como desmontar essa engrenagem?

A Operação Desmonte tem motivação direta e imediata na transferência de receitas da União para os Estados e os municípios. Segundo as estimativas do Planejamento, a perda de receita da União será de 17,59% em 1989, e irá a 21,26% em 1993.

Ou a União aumentará a carga tributária, ou aumentará o endividamento interno ou as emissões de papel-moeda, se mantiver no seu raio de atuação serviços que deveriam ser absorvidos por estados e municípios. O que está acontecendo, antes mesmo que o Orçamento seja encaminhado ao Congresso, é a gritaria dos que não querem fazer qualquer esforço, ou, simplesmente, preferem o jogo da pressão política para retirar os seus terreiros dos cortes programados.

O Governo não pode ceder em hipótese alguma pois esta é a oportunidade única para obrigar a administração pública a ser criativa, a procurar soluções derivadas do aumento da eficiência e da produtividade, e não do aumento dos gastos.

A cidade de Curitiba, por exemplo, reduziu verticalmente os seus custos de asfaltamento urbano porque conseguiu, com a melhoria no uso dos materiais, cortar a espessura da camada de asfalto, além de condicionar-a às ruas de maior ou menor trânsito. É sabido que a prefeitura de uma grande cidade tentou se inspirar no mesmo modelo, com o que poderia triplicar a quilometragem asfaltada por ano, mas engavetou os estudos por falta de agilidade administrativa para implementá-los. É por demais sabido que os orçamentos de obras públicas são inflacionados porque transcorrem no circuito fechado do Estado, que repassa as contas à sociedade.

A Operação Desmonte deve continuar — é imperioso que prossiga — para que a obsessão do Estado e de suas empresas e autarquias seja subme-

tida à mesma dieta de emagrecimento que as empresas privadas passam quando têm que projetar empreendimentos novos, ou conter seus gastos durante as crises.

Quando Brasília esperneia porque não quer perder as verbas do programa de despoluição do Paranoá, é preciso perguntar se os planos e projetos existentes não podem ter seus custos novamente questionados, pois cada concorrência que se faz neste país é exposta a um jogo de pressões onde a fatura se multiplica. Em todas as partes do mundo as prefeituras estão partindo para concorrências vinculadas à privatização de serviços públicos porque descobriram que isso pode sair mais barato. O lixo da cidade de São Paulo é coletado por empresas privadas. Londres resolveu privatizar quase todos os serviços públicos pelo mesmo motivo. Os programas de desfavelamento de São Paulo estão sendo executados por empresas privadas, que recebem quotas compensatórias para construir edifícios ou imóveis para venda a particulares.

A grita de prefeituras e o choro de ministérios é um reflexo da incapacidade e da inoperância da Reforma Administrativa que não saiu do papel, porque partiu de um erro fundamental: pensar que a burocracia agiria contra si mesma. A Operação Desmonte deve empurrar a sociedade e a máquina burocrática na direção da competitividade e da eficiência que se encontram na livre iniciativa, e livre significa correr riscos, inclusive o de quebrar sem o apoio do Estado, como se inscreveu na Constituição que está sendo votada. Ou o país muda de mentalidade, aproveitando a oportunidade única que é a crise do Estado brasileiro, ou continuará inflando e inchando problemas, já espelhados numa inflação que ninguém supõe que possa continuar em espiral para cima todo o tempo.

O momento é oportuno para a Operação Desmonte também por outros motivos, principalmente porque muitas áreas onde o Estado está demonstrando não ter mais poupança nem capacidade para investir são setores com uma brutal demanda reprimida. Isso ocorre em escala maior ou menor com transportes, com energia, com telecomunicações, com os portos, na saúde e na segurança.

A transferência de serviços públicos para a iniciativa privada pode absorver as sobras de caixa que hoje muitas empresas mantêm, por medo ou insegurança na hora de investir. É por demais sabido que muitas empresas grandes mantêm hoje reservas em ouro porque não querem se comprometer com planos de expansão, diante de um Estado relutante em sair de cena nas áreas que invadiu e que continua, talvez, pensando ampliar.

A Operação Desmonte pode emitir um sinal positivo para que esses capitais saiam de aplicações salva-vidas, para aplicações produtivas a longo prazo, as quais irão absorver mais mão-de-obra, aumentando a oferta de empregos. O que a burocracia não está sabendo fazer é simplesmente isso: imprimir novo dinamismo à economia nacional, mediante o qual garantem-se suas posições de trabalho e abrem-se espaços para as legiões de brasileiros que agora encaram o futuro com pessimismo e desalento.